

“MEU NOME É FAVELA”¹ – O conhecimento financeiro de trabalhadoras domésticas de uma periferia de Santos

Renata Cristina Gomes do Nascimento - a.renatac2@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Augusto Satto Vilela – cidasatto@ufu.br

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo identificar a existência e a forma com que o conhecimento financeiro de trabalhadoras domésticas de um bairro periférico da cidade de Santos é aplicado na gestão de seus lares. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Para a sua execução foram realizadas entrevistas semiestruturadas com doze trabalhadoras domésticas no período de fevereiro a abril de 2022. Os dados obtidos foram tratados por meio de análise de conteúdo. Os principais resultados mostram que todas as participantes possuem conhecimentos financeiros, ainda que não sejam conhecimentos científicos. Além disso, mostram a influência familiar sobre a formação da personalidade das entrevistadas, e dos conhecimentos que foram/serão aplicados futuramente. Quanto à distribuição de renda em seus lares, os resultados apontam que as entrevistadas o fazem de acordo com as suas realidades e, por isso, os resultados são positivos.

Palavras-chave: Conhecimento financeiro. Trabalhadoras domésticas. Periferia. Santos.

ABSTRACT

The present search had as objective identify the existence and the way in which financial knowledge of domestic workers from a peripheral neighborhood of the city of Santos is applied in the management of their homes. This is an exploratory research with a qualitative approach. For carrying out semi-structured interviews were carried out with twelve domestic workers in the period from february to april 2022. The data obtained were trited through contente analysis. The main results show that all participants have financial knowledge, although it is not detailed as the scientific knowledge. In addition, they show the influence of environment on the formation of personality of the interviewees, and of knowledge that was/will be applied in the future. Regarding the application of financial knowledge in their homes, the results indicate that the interviewees apply this knowledge according to their realities, and, therefore, the results are positive.

Keywords: Financial knowledge. Domestic workers. Periphery. Santos.

1 INTRODUÇÃO

No século XXI o trabalho doméstico se constitui como uma das categorias laborais com um dos maiores contingentes de trabalhadoras no Brasil, contando com 92% de mulheres (PINHEIRO *et al.*, 2019), mesmo que, por vezes, seja classificado como um não-trabalho ou mesmo um subemprego, denotando assim a falta de reconhecimento da profissão. Essa situação faz com que, frequentemente, as domésticas não sejam vistas como trabalhadoras mesmo após a regulamentação da profissão, por meio da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972 assegurando o registro em carteira de trabalho, posteriormente revogada pela Lei Complementar nº 150, de 1.º de junho de 2015 que agregou direitos trabalhistas como seguro-desemprego; férias; adicional noturno e outros à profissão (BRASIL, 2015).

¹ O título deste texto faz referência à música “Meu nome é Favela” do cantor Arlindo Cruz.

Importa ressaltar que o termo ‘empregada doméstica’, comumente utilizado para referência à ‘trabalhadora doméstica’, de acordo com Santos (2010, p. 13) “remete a contextos de ausência de reconhecimento profissional e político”. Sendo assim, nesta pesquisa, a nomenclatura adotada para se referir às mulheres desta categoria profissional é a de trabalhadoras domésticas como forma de respeito e acolhimento a todas que fazem parte desse grupo, como também pelo entendimento da profissionalização do trabalho doméstico.

No Brasil, o trabalho doméstico tem sua origem após a abolição da escravidão, em 1888, por meio da Lei Aurea (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017), como forma de emprego para as mulheres negras. A partir desse período deixaram de ser escravizadas legalmente, e passaram a receber uma espécie de benefício em troca de seu trabalho, como moradia e alimento, pois não eram remuneradas em dinheiro (OLIVEIRA, 2009). Tendo em vista esse contexto inicial, é possível vislumbrar algumas continuidades entre esse fato histórico e as desigualdades atuais enfrentadas por essa categoria, sejam de acesso ao conhecimento acadêmico, uma vez que enquanto escravizados os negros não possuíam direito de acesso a instituições de ensino (BASTOS, 2016), ou aos meios de suprir suas necessidades básicas. A perpetuação da exclusão social faz com que essa profissão continue sendo desempenhada comumente por pessoas em situação de pobreza com pouca, ou nenhuma, escolarização.

A população feminina que exerce essa função laboral geralmente é residente de regiões periféricas, também popularmente conhecidas como favelas ou comunidades, lugares originalmente criados após o período de escravidão no Brasil, a partir da ocupação de áreas disponíveis nos morros e regiões próximas aos bairros. Nestes, eram oferecidos empregos, possibilitando que as mulheres tivessem fácil acesso a eles (MEIRELLES; ATHAYDE, 2016) e exigiam pouca escolarização (ENGEL; PEREIRA, 2015).

Além dos fatores que levam inevitavelmente ao início de uma carreira profissional, as mulheres periféricas tendem a fazê-lo na tentativa de modificar o cenário em que estão inseridas. Por vezes impulsionadas pelo desejo de contribuir positivamente e fazer parte da mudança da situação socioeconômica familiar, antes mesmo de atingir a maioridade, já dão os primeiros passos nessa profissão. Segundo indicadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2015), de 1995 a 2015 o número de meninas e adolescentes entre 10 e 17 anos de idade empregadas no setor doméstico correspondia ao total de 138.195. Ao fazer um recorte racial, 98.164 eram negras, perfazendo pouco mais de 71% do quantitativo geral.

Nesse sentido, como fator de desvalorização da trabalhadora doméstica, tem-se a relação entre raça e gênero que se perpetua como fator de dupla segregação, uma vez que as mulheres negras, além de estarem em posição de inferioridade em relação aos homens, encontram-se ainda em desvantagem salarial em comparação às mulheres brancas. Essa conexão entre dois marcadores sociais específicos, é denominada por interseccionalidade “que se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero” (COLLINS, 2019, p. 65).

É possível observar essa desigualdade no mercado de trabalho, confirmada por Pinheiro (2008, p. 18) a partir de dados obtidos do IPEA que, na análise cruzada entre sexo, raça e classe, revela a existência de uma diferença de quase 9% nas taxas de desemprego entre homens brancos e mulheres negras; ao mesmo tempo que entre os homens brancos essa diferença é de 8,3% e com relação às mulheres negras esta porcentagem é aumentada para 16,6%. Isso demonstra a dupla discriminação imputada a este grupo, já que mulheres negras não são escolhidas para os melhores empregos apenas por serem mulheres, e também são excluídas de empregos considerados femininos apenas por serem negras como, por exemplo, os que requerem contato com o público.

Como consequência desse contexto, tem-se um ofício que não exige escolaridade, considerando-se que não depende de títulos acadêmicos e do saber científico proveniente deste, sendo por diversas vezes negligenciado devido à idade precoce em que as trabalhadoras

começam a atuar (CAMPOS; ALVERGA, 2001). Essa profissão é desempenhada manualmente e dentro de um ambiente familiar, o que lhe atribui um *status* inferior na hierarquia profissional, posto que os títulos acadêmicos possuem influência quanto à forma com que cada grupo profissional é visto na sociedade (BARBOSA, 2003).

Embora existam diferenças entre as profissões, como, por exemplo, na forma de desempenhá-las e no que diz respeito a seu *status* social, a finalidade do trabalho na sociedade capitalista, com a produção de bens e serviços, é a satisfação das necessidades e dos desejos de consumo dos seres humanos. Contudo, a ausência de discernimento a respeito do manejo do dinheiro, em conjunto com a inexistência de um planejamento e a condição socioeconômica de cada indivíduo e grupo familiar (CENCI; PEREIRA; BARICHELLO, 2015), ocasionam dificuldades financeiras para muitas pessoas, inclusive às trabalhadoras domésticas. Essa conjuntura revela a necessidade de se adquirir conhecimento financeiro para organização e controle do que se adquire e se gasta, gerando maior estabilidade econômica, mesmo em um contexto de significativas desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, é relevante tratar sobre educação financeira, também compreendida por alguns pesquisadores como conhecimento financeiro (COSTA; MIRANDA, 2013); e em outros estudos por alfabetização financeira (REMUND, 2010). Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1122) afirmam que “a educação financeira é o processo de aquisição de conhecimentos e habilidades que possibilita tomar decisões de forma mais segura, melhorando o gerenciamento das finanças pessoais”. Ela se torna assim, uma importante aliada no processo de satisfação e gestão de necessidades e desejos dentro do cenário econômico em que o indivíduo está inserido.

No cotidiano, o conhecimento financeiro principalmente para as famílias de baixa renda, pode ter resultados positivos na qualidade de vida, visto que ao saberem gerenciar a renda de forma eficaz, controlam entradas e saídas de dinheiro, tendo condições de melhor emprego dos recursos financeiros em relação às suas obrigações e necessidades reais. De acordo com Teixeira Junior *et al.* (2015), uma boa gestão de finanças supera o campo financeiro, uma vez que os indivíduos que planejam seus gastos tomam boas decisões diante de contratempos, o que além de auxiliar na vida financeira ajuda também em situações familiares, sociais e profissionais, causando efeitos diretos em seu conforto e bem-estar.

Diante do exposto, esta pesquisa é norteadada pelo seguinte questionamento: **Como o conhecimento financeiro de trabalhadoras domésticas de periferia é empregado na gestão de seus lares?**

Tendo em vista a questão direcionadora, tem-se como objetivo geral identificar a existência e a forma com que o conhecimento financeiro das trabalhadoras domésticas de uma periferia da cidade de Santos é aplicado na gestão de seus lares. Para o alcance dessa finalidade precípua, tem-se como objetivos específicos: i) entender as questões relacionadas ao ingresso e permanência das trabalhadoras no trabalho doméstico; ii) identificar a construção do conhecimento financeiro das trabalhadoras domésticas; e iii) identificar os mecanismos relacionados a gestão financeira das trabalhadoras domésticas.

A escolha por fazer a pesquisa em uma comunidade na cidade de Santos justifica-se pelas características sociais da periferia, marcadas pela existência de pessoas de baixa renda e ausência de infraestrutura, em contraste com a realidade da área nobre (MARES, 2013). Relaciona-se também à pluralidade de realidades e vivências pessoais existentes; por fim, pela relação entre a profissão de trabalhadora doméstica e a periferia. Esta que, no início do século XX era vista como um problema a ser eliminado, associada à ausência de higiene, foco de doenças contagiosas, dentre outros fatores depreciativos, passou a ser convenientemente mantida para a conservação da mão de obra barata dali extraída (MEIRELLES; ATHAYDE, 2016).

Outro fator importante para a escolha do local de pesquisa é o vínculo histórico com o movimento das trabalhadoras domésticas, uma vez que, nessa cidade, foi constituída a primeira instituição batizada de Associação Profissional de Empregados Domésticos, criada por Laudelina de Campos Melo no ano de 1930, galgando a posição jurídica de sindicato, em busca de reconhecimento da categoria e direitos trabalhistas (BERNARDINO-COSTA, 2015).

No que se refere às justificativas para a escolha do tema, ressalta-se a vivência da própria pesquisadora: durante toda a vida, até o presente momento, morou em uma casa na periferia, gerida por uma mãe trabalhadora doméstica que migrou para a informalidade e tornou-se diarista. Assim, fui observadora participante das nuances de um lar guiado sob tais moldes, bem como pude compreender que fatores externos impactavam diretamente na organização da casa, principalmente quanto aos fatores econômicos.

Ao observar outros contextos, foi possível notar que situações relacionadas a questões financeiras por vezes se repetiam em lares distintos, evidenciando-se uma problemática social e não apenas pessoal. Portanto, outro motivo importante é a compreensão de como ocorre a administração das finanças nas residências pesquisadas, de acordo com o que as mulheres possuem de conhecimento financeiro, viabilizando a socialização de saberes e compartilhamento dos resultados a partir da divulgação desta pesquisa.

Não obstante, justifica-se também pela intenção de contribuir com os estudos relacionados com esse nicho de trabalhadoras, para além de apresentar o tema à comunidade acadêmica a qual integro. Ainda, ao adentrar o tema, sob a perspectiva da educação financeira, pretende-se, com os resultados encontrados, instigar futuros pesquisadores e entusiastas da área na elaboração de propostas que compreendam as necessidades e limitações orçamentárias do grupo pesquisado, objetivando viabilizar o acesso e a utilização deste conhecimento em suas vidas pessoais.

Por fim, quanto às contribuições práticas da pesquisa, entende-se que as descobertas realizadas podem propiciar a criação de cursos de formação sobre conhecimento financeiro, acessíveis às trabalhadoras domésticas, acolhendo-as efetivamente e compreendendo as suas necessidades particulares. Dessa forma, podem agregar o conhecimento técnico a seus saberes intuitivos, contribuindo para que alcancem bem-estar financeiro.

Com o propósito de organizar e sistematizar as considerações teóricas e análises, o trabalho foi estruturado por esta seção introdutória, na qual foram estabelecidos o contexto, objetivos e a justificativa; pela fundamentação teórica, em que se tratou sobre os temas abordados e estudos correlatos; os procedimentos metodológicos, seção na qual apresentou-se o tipo de estudo e as ferramentas que foram utilizadas para realizá-lo; a análise de dados, demonstrando os resultados encontrados; e, por fim, as considerações finais, nas quais foram apontadas as limitações e as sugestões de pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção é dividida em dois tópicos. O primeiro faz uma breve introdução acerca das trabalhadoras domésticas, a origem desta função, e a atribuição da profissão ao feminino e o segundo apresenta estudos relacionados à educação financeira, bem como seu conceito, as diversas formas nas quais ela se apresenta na sociedade e sua influência na gestão pessoal e familiar.

2.1 Trabalhadoras domésticas

Quando se discute sobre trabalho doméstico no Brasil é inevitável que sejam feitas associações com o período colonial o qual era realizado principalmente pelas mulheres negras escravizadas (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017). De acordo com os autores citados, após o fim oficial da escravidão, muitas seguiram na casa de seus ex-senhores, desempenhando as atividades domésticas, uma vez que não possuíam opção de trabalho e sobrevivência.

Ao confrontar passado e presente, Engel e Pereira (2015) sinalizam que, nas duas primeiras décadas do século XXI, quando se olha para a profissão, é possível observar a herança do período escravagista, uma vez que as mulheres atuantes no contexto doméstico continuam sendo negras; em sua maioria têm pouca escolarização e pertencentes às classes socioeconômicas mais pobres. Isso posto, cabe sinalizar que são aquelas que desempenham e continuam como trabalhadoras domésticas durante toda a sua vida, por vezes como um “dever” e uma necessidade, mas também em função da herança escravocrata imputada a seus corpos e à sua raça (FRANCO, 2021).

Em relação às mulheres oriundas de famílias de baixa renda, além do objetivo de tornarem-se financeiramente ativas, outros fatores impulsionam a procura por um trabalho, e comumente ocorrem por via do trabalho doméstico, conforme exposto por Ribeiro (2014, p. 170) no texto “Usos de si e (in)formalidade no trabalho da empregada doméstica diarista”:

Começar a trabalhar como empregada doméstica diarista surge como uma possibilidade para sair de uma condição de pobreza na família. Assim, tornar-se trabalhadora doméstica é uma escolha, no âmbito da adversidade, que essas mulheres tomam ou são obrigadas a tomar, a qual tem um sentido de rompimento. Ter o que comer, não passar fome, auxiliar a família, ir para a capital e começar uma nova vida (casar-se, ter filhos, ganhar melhores salários, estudar) são as razões apontadas pelas entrevistadas como determinantes de uma decisão e da necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, em busca de entender a continuidade das trabalhadoras na função, a pesquisa de Ribeiro (2014) destaca que o conhecimento a respeito das questões econômicas que permeiam a profissão não é o suficiente para entender as motivações que as levam a permanecer na ocupação, pois é possível observar influências sentimentais e de pertencimento desenvolvidas ao longo dos anos em servidão às famílias. Também há o sentimento de pertencimento a essa profissão, desenvolvido em decorrência do tempo que a desempenham e até mesmo por esta ter sido a única profissão ao longo de toda a vida.

No que diz respeito ao gênero dominante no exercício da profissão, identifica-se a construção sócio-histórica e cultural, alicerçada por fatores biológicos que vinculam o feminino ao cuidado. Ao final do século XX e início do XXI, essa ideia é fortalecida por meio de veículos midiáticos que propagam a imagem da mulher na família como aquela que infalivelmente escolhe desde a melhor comida ao melhor sabão em pó para a lida da casa (SANTANA; DIMENSTEIN, 2005).

Ferraz e Rangel (2010) destacam que o trabalho doméstico relacionado ao feminino contribui para a desvalorização da ocupação, o que também é afirmado por Krein e Castro (2015, p. 4):

A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é resultado de uma sociedade pautada por traduzir a diferença biológica entre homens e mulheres em regras culturais que hierarquizam os sexos. Esse conjunto de regras, denominado de sistema de sexo e gênero, atribui características comportamentais e corporais diferenciadas para homens e mulheres, bem como lhes definem papéis sociais diferentes. No que se refere à dinâmica do trabalho, na sociedade ocidental, continua-se a associar as mulheres à esfera do trabalho doméstico e reprodutivo e os homens à esfera do trabalho público e produtivo.

Pinheiro (2019) complementa ao afirmar que houve diversas mudanças no mundo do trabalho nas últimas três décadas. Entretanto, no que diz respeito ao trabalho doméstico, a responsabilidade permanece majoritariamente feminina, o que é vislumbrado também pelo

imaginário social², o de uma mulher exercendo essa função. Dificilmente quando se menciona essa atividade, mentaliza-se uma figura masculina. Já no setor industrial, na área da gestão, por exemplo, ainda causa estranheza a presença de uma mulher.

Ao analisar os fatores até aqui citados, percebe-se a influência conjunta da raça e do gênero para a precarização do trabalho doméstico, uma vez que a mão de obra feminina é dispensada do trabalho produtivo valorizado, pois este é destinado aos homens. E quando se trata da esfera doméstica, ela é relegada a mulheres negras, discriminadas racialmente e que se encontram em patamar inferior socioeconomicamente ao das mulheres brancas. Como pontuado por Domingos (2021, p. 37),

Ainda que hoje seja notado um número considerável de mulheres negras acessando o ensino superior, o que se observa é que mesmo diante de sua capacitação a seleção racial se mantém. Acrescenta ainda que, quando não é possível vê-la trabalhando como doméstica, pode-se encontrá-la em outros postos, sob a denominação mais genérica de servente.

Do ponto de vista jurídico, não existe uma consonância a respeito da definição de trabalhadora doméstica. Ainda se discute se a diarista se enquadra nessa classificação. O dissenso a respeito da denominação se dá por causa da definição de empregado doméstico e a interpretação do termo “natureza contínua” constante no Artigo 1º da Lei Complementar nº 150, de 01 de junho de 2015, o qual preconiza que: “[...] empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas por mais de 2 (dois) dias por semana [...]” (BRASIL, 2015).

Embora não exista consenso quanto à nomenclatura para nomear as trabalhadoras, a profissão de “empregado doméstico” foi regulamentada pela Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972 (BRASIL, 1972), revogada, posteriormente, pela Lei Complementar supracitada, que dispõe desde a idade mínima para a contratação do serviço doméstico até os direitos assegurados, que já haviam sido conquistados por outras categorias trabalhistas sindicalizadas, como, por exemplo, férias remuneradas e jornada de trabalho máxima de 8 horas diárias e 44 horas semanais (BRASIL, 2015). A promulgação dessa Lei, enquanto direito do trabalhador doméstico, é um avanço significativo para a categoria, mas enfrenta dificuldades em sua aplicação efetiva como Lima (2017) pontua, pois há falta de fiscalização, muitos empregadores seguem desrespeitando as determinações legais e, em consequência, prejudicam o acesso aos direitos daqueles que seriam beneficiados.

Além disso, entre os estudos publicados com referência às trabalhadoras domésticas, há o de Acciari (2016), intitulado: “Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras” – O movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento”. A autora analisou, por meio de entrevistas, as divergências de percepção sobre o emprego doméstico entre domésticas sindicalistas e não sindicalizadas. Como resultado, as domésticas que não fazem parte de um sindicato possuem receio de se intitularem como “empregadas” e têm pouco conhecimento sobre os seus direitos, enquanto as domésticas sindicalizadas possuem conhecimento significativo de seus direitos e estão engajadas na reivindicação do termo “trabalhadoras domésticas” para figurarem na história brasileira como parte da classe operária. As trabalhadoras do grupo sindicalizado fazem ainda análises sobre a relação da desvalorização de seu trabalho e a estrutura capitalista da sociedade.

No que concerne aos direitos das empregadas domésticas, o trabalho de Girard-Nunes e Silva (2013), intitulado “Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação

² “Os imaginários sociais são referências específicas no vasto sistema simbólico que produz toda coletividade e através do qual ela “se percebe, se divide e elabora suas finalidades.” (BACZKO, 1999, p. 28)

dos direitos das empregadas domésticas no Brasil” teve como objetivo analisar até que ponto o que era estabelecido como direito das trabalhadoras domésticas era de fato efetivado. Como resultado, os autores apontaram que, para os direitos se tornarem reais e passarem a ter efeito social, as trabalhadoras devem necessariamente deixar de ser apenas o objeto das políticas e passarem a ser sujeitas delas.

Com base nos dados apresentados a respeito das trabalhadoras domésticas em estudos anteriores, nota-se que há uma relação direta entre o conhecimento e as melhorias trabalhistas desse grupo. O conhecimento não se refere à dimensão acadêmica, tampouco se resume ao aprendizado oriundo da educação básica brasileira, mas à consciência dos direitos instituídos e local de fala na sociedade, pois quando não se reconhecem como parte de um grupo de trabalhadoras não têm condições de reivindicá-los, como destacado na pesquisa de Acciari (2016).

Além do reconhecimento de seu local no mercado de trabalho e pelos órgãos reguladores, as trabalhadoras merecem também ter acesso a políticas que lhes assegurem a oportunidade de construir para si um cenário de mais bem-estar, incluindo o conhecimento necessário para gerenciar suas finanças, uma vez que, na sociedade capitalista, o dinheiro impulsiona e influencia vários outros aspectos da vida.

2.2 Educação Financeira

Segundo as definições da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Comissão de Valores Mobiliários (OCDE/CVM, 2005), a educação financeira é o percurso percorrido pelos consumidores e investidores para aprimorar sua interpretação da definição de produtos e riscos financeiros. Assim, informações e instrução, dentre outros, formam habilidades e confiança para encontrar e tomar providências necessárias ao melhoramento do bem-estar financeiro. Dialogando com as conceituações da OCDE, Amadeu (2009) reforça que educação financeira é ter o conhecimento e acesso a ferramentas que possibilitem desenvolver habilidades para fazer as escolhas mais adequadas quanto ao manuseio dos recursos, proporcionando à população mais pobre uma melhor gestão de suas finanças e, como consequência, melhora na qualidade de vida. Ou seja, pode-se interpretar, de forma leiga, que conhecimento financeiro é conseguir quitar as obrigações financeiras cotidianas e ainda desfrutar do lazer, considerando a remuneração do trabalho, sem a necessidade de abdicar de nenhuma delas.

Nesse sentido, Ferrari *et al.* (2018, p. 7) pontuam que “a gestão financeira não é algo que se aplica da mesma maneira, com os mesmos métodos, para todas as pessoas. Mas sim, um planejamento que se ajusta a cada realidade e às situações mais diversas”. O que trará bons resultados para um indivíduo da classe média não terá o mesmo impacto para outro de classe alta ou baixa, pois é necessário adequar os mecanismos da gestão à sua realidade. Diante dessa informação, infere-se que é necessário que todas as pessoas façam a gestão de suas finanças, sobretudo uma gestão adequada, considerando-se as particularidades de cada contexto.

Remund (2010) afirma que o conhecimento é o componente mais evidente da educação financeira, dentre as muitas perspectivas conceituais. E, a partir disso, pontua que a participação ativa dos indivíduos em atividades financeiras está diretamente ligada ao conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Desse modo, compreende-se que educação financeira se equipara a conhecimento financeiro, na medida em que este é a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e então tomar decisões eficazes em relação à forma como se utiliza e gerencia o dinheiro.

A respeito do gerenciamento de finanças, quando é feito de maneira ineficiente ou não ocorre, pode ocasionar o endividamento, comprometendo a renda a curto e a longo prazo, como sinalizam Ferrari *et al.* (2018) quanto à utilização dos créditos facilitados de maneira

recorrente gera situações negativas e intermináveis. Sendo assim, o planejamento e a organização são de suma importância para evitar um cenário de endividamento.

Borges (2013) destaca que a causa principal do endividamento é a falta de conhecimento aprofundado sobre educação financeira, aliada ao alto nível de aquisição de débitos dos indivíduos. Esse contexto reflete diretamente no incipiente, ou praticamente inexistente, planejamento financeiro pessoal e familiar, que poderia auxiliar a prevenir ou sanar diversos problemas relacionados a questões financeiras.

Existem hábitos que refletem de maneira assertiva na gestão financeira pessoal e familiar: o simples ato de organizar o uso do dinheiro com anotações, por exemplo, auxiliando no controle do orçamento, como sugerem Piccini e Pinzetta (2014). Nesse sentido, Macedo Junior (2013, p. 54) também pontua:

Poucos brasileiros têm o hábito de colocar no papel suas receitas e despesas. Em geral, as pessoas da classe média, quando solicitadas a dizerem para onde vai o salário, só conseguem se lembrar de aproximadamente 80% daquilo que gastam, ou seja, não conseguem discriminar cerca de 20% de suas despesas. Quando as pessoas começam a anotar os gastos, já costumam reduzi-los em cerca de 12%. Isso acontece porque o ato de anotar faz você pensar duas vezes antes de gastar.

Uma boa gestão demanda disciplina dos indivíduos para que, de fato, consigam ter dimensão da sua posição financeira, pois o registro de todos os movimentos que demandam o uso do dinheiro é uma importante ferramenta. As anotações, no momento de confronto entre os ganhos e gastos, possibilitam o estabelecimento de metas, estipulando reduções de consumo e controlando a incidência de juros sobre as transações que realizam. E, desse modo, o resultado dessa rotina é uma vida financeira mais estável de acordo com a realidade vivenciada.

Por isso, a família contribui com os conhecimentos e informações quanto à educação financeira e finanças pessoais em razão da socialização existente, marcada por momentos e fatores externos, e pelas relações de parentesco direto (pais e mães), que propiciam interações constantes. Toda a ação relacionada com finança pessoal estabelece vínculo com a estrutura familiar, de acordo com a forma que ocorre a comunicação e interação geracional (SCOTT, 2010). Ainda no âmbito familiar, Pires (2006) discorre sobre a composição da renda e as variações que esta pode sofrer de acordo com as particularidades de cada estrutura doméstica:

As finanças de uma família seguem a mesma lógica das finanças pessoais, com a diferença de que consideram a soma de indivíduos (cônjuges, com ou sem filhos) ao invés de apenas o singular. Quando só um deles tem fonte de renda, os demais são dependentes e as finanças pessoais do que auferir renda devem ser geridas de modo a satisfazer as necessidades e desejos de todos. Quando mais de um tem renda, torna-se possível ratear as despesas do conjunto.

Diante do exposto assume-se que, comumente na vida adulta, repetem-se os hábitos financeiros adquiridos com quem se convive na infância e adolescência, assim quando se vivencia um ambiente poupador e organizado em relação às finanças, recria-se este cenário na vida adulta, enquanto o contrário pode ocorrer, engendrando um contexto sem disciplina financeira e sem planejamento.

Com base nas pesquisas supracitadas tem-se um panorama geral sobre o que foi produzido acerca do conhecimento financeiro ou educação financeira, assim sendo, no intuito de refletir e dialogar com o que já foi produzido sobre o tema e apresentado neste trabalho realizou-se um estudo com trabalhadoras domésticas de uma comunidade periférica de Santos, o qual será descrita e analisado nas próximas seções.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como qualitativa quanto aos objetivos, pois visa caracterizar aspectos de um grupo específico da sociedade, não quantificáveis estatisticamente e, como dito por Paulilo (1999, p. 135), “A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos”.

Ela também se caracteriza como exploratória quanto à abordagem do problema, pois não existem estudos anteriores sobre as trabalhadoras domésticas com referência à temática desta pesquisa, embora existam diversos no campo da educação financeira. Conforme afirmam Raupp e Beuren (2006, p.80),

A caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Quanto aos procedimentos para a realização desta pesquisa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas apoiadas em um roteiro que foi construído pela autora da pesquisa com base na fundamentação teórica e na experiência familiar da autora, devido à maior flexibilidade para obtenção das informações, pois, como dito por Lima (2016, p. 27), “Através da entrevista é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado”.

A população alvo desta pesquisa foram trabalhadoras domésticas de uma periferia da cidade de Santos, localizada na zona Noroeste da cidade, no bairro do Jardim Rádio Clube, onde, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), existiam 4.356 moradoras do sexo feminino com idades entre 30 e 64 anos. Entretanto, com relação à população feminina dessa localidade contratada no setor doméstico não há dados absolutos, pois o Sindicato das Domésticas de Santos (Sindoméstica) foi desativado, restando apenas sua sede na região da grande São Paulo, que foi contatada por via telefônica, mas não possuía registros de tais informações. Posteriormente, buscou-se o acesso a esses dados por meio do Ministério do Trabalho em Santos e, novamente, não havia dados sobre essas profissionais.

Isso posto, decidiu-se que a amostragem seria construída por meio do método bola de neve, que consiste na entrevista inicial de um grupo de respondentes de acordo com o perfil ensejado, constituído de maneira conveniente à autora por se tratar do perímetro dentro de sua vizinhança. As mulheres foram contatadas pessoalmente para agendamento da melhor data e local para a entrevista e, posteriormente, novas participantes foram acrescentadas, por meio das indicações desse primeiro grupo. Elas foram contatadas por via telefônica para agendamento das novas entrevistas, até que não houve mais aceites dentre as indicações mais recentes, atingindo assim a saturação desta pesquisa, conforme exposto por Vinuto (2014, p.203):

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada

entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise.

Nesta pesquisa, o perfil estabelecido teve como critérios que as entrevistadas fossem: 1) residentes do bairro Jardim Rádio Clube, na cidade de Santos, Estado de São Paulo; 2) atuantes no trabalho doméstico; e 3) as principais responsáveis pela renda de suas residências. Não foram estabelecidos os critérios etários, mas ao iniciar o trabalho de campo notou-se que o limite mínimo seria 30 anos de idade devido à dificuldade em ter aceites para as entrevistas, principalmente entre as trabalhadoras mais jovens. Também não foram estabelecidos critérios raciais, embora este último tenha se desenhado homogêneo entre as respondentes, sendo todas negras.

Foram contatadas para esta pesquisa 26 trabalhadoras, das quais 14 recusaram o convite sob a justificativa de se sentirem envergonhadas de falar sobre a sua profissão e de terem suas vozes gravadas para essa finalidade, de modo que a pesquisa atingiu sua saturação com o total de 12 participantes.

O roteiro das entrevistas foi elaborado em função das categorias de análise construídas com base nos objetivos específicos propostos neste trabalho, e visaram coletar informações sobre o cotidiano das respondentes no que tange à gestão do lar, com foco nas questões financeiras. As subcategorias, por sua vez, foram construídas após as entrevistas e suas transcrições tiveram a finalidade de visualizar cada fala e interpretar os relatos das respondentes de maneira justa. A partir disso, eles foram dispostos nas categorias e subcategorias de análise.

Ao todo foram criadas três categorias de análise, e dentro delas algumas subcategorias, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Categorias e subcategorias analíticas

Categorias	Subcategorias
Mercado de trabalho	Ingresso Permanência Dificuldades Perspectivas (Futuro)
Conhecimento financeiro	Aprendizado Ensino Aplicação do conhecimento
Gestão financeira	Planejamento Participação familiar Poupança Distribuição de renda

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao abordar a categoria de análise “mercado de trabalho”, considerando as subcategorias, foi identificado o processo que envolveu o ingresso das entrevistadas na profissão, fatores que tiveram influência para a permanência no trabalho doméstico, assim como as dificuldades que enfrentaram e enfrentam e suas perspectivas de futuro enquanto trabalhadoras domésticas.

Na categoria de análise “conhecimento financeiro”, as subcategorias visaram extrair informações a respeito da forma com que foi construído o aprendizado dessas mulheres, na intenção de demonstrar os saberes oriundos da prática. Nesse sentido, as trabalhadoras foram estimuladas a exemplificar o seu conhecimento de finanças em situações cotidianas, analisado nas subcategorias ensino e aplicação do conhecimento.

Por fim, na categoria “gestão financeira” foi tratado sobre o planejamento das respondentes a curto e longo prazo, a participação familiar nas finanças, ou seja, as

contribuições de cada membro que residiam com as entrevistadas. Foi observada também a existência do hábito de poupança e a forma como realizam a distribuição de suas rendas no dia a dia.

A primeira parte da entrevista semiestruturada foi destinada à coleta de informações sociodemográficas das entrevistadas, compostas pelo nome (este foi suprimido no corpo da pesquisa para preservar a identidade e o sigilo das respondentes), idade, estado civil, se possuem filhos, tipo de moradia, dentre outros. A segunda parte foi direcionada a questões relacionadas à profissão. Perguntou-se sobre o tempo médio em que exercem a função, remuneração e se possuem registro em carteira. Por fim, foram questionadas sobre a aplicação da renda em seus lares.

Para a análise e interpretação dos dados foram transcritas as entrevistas feitas e, posteriormente, realizada a análise de conteúdo. Nesse sentido, foi possível associar o teor das respostas às categorias, compilando as características analisadas em um elemento principal (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016). As características focalizadas por esta pesquisa são aquelas que têm articulação entre o conhecimento das domésticas sobre educação financeira e seu uso na gestão do lar. Para Oliveira *et al.* (2003), o objetivo ao fazer uma análise de conteúdo é compreender os conhecimentos relativos às condições de produção ou de recepção, nas quais o pesquisador busca, baseado nas categorias que estabeleceu, entender e interpretar de maneira lógica conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre a circunstância na qual ela foi transmitida.

Sendo assim, as respostas obtidas nas entrevistas foram agrupadas e analisadas visando extrair as informações necessárias para alcançar os objetivos desta pesquisa e responder ao problema de pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente no período de fevereiro a abril de 2022. Inicialmente, foram entrevistadas quatro trabalhadoras que fazem parte do círculo de convívio da autora e se seguiram por intermédio das indicações iniciais deste grupo, totalizando a amostra de 12 participantes. A escolha do primeiro grupo de respondentes seguiu o critério de mulheres em exercício do trabalho doméstico, sendo esta sua principal fonte de renda. Esses também foram os critérios de inclusão adotados ao receber novas indicações, considerando-se o que é pontuado por Vinuto (2014) ao exemplificar a metodologia da bola de neve.

As entrevistas com as quatro primeiras participantes foram realizadas presencialmente, já com as oito indicações que se seguiram realizou-se chamada de áudio no aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Isso foi necessário para que atendesse à disponibilidade das respondentes que não podiam receber a autora em suas residências ou comparecer em um outro local e optaram por fazer as entrevistas no intervalo de seus trabalhos. Entre entrevistas presenciais e via *WhatsApp* totalizaram-se 3 horas e 15 minutos.

Antes da realização das entrevistas foi lido o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que, posteriormente, foi impresso em duas vias e assinado, ficando uma via em posse da pesquisadora e a outra entregue à participante. Para manter o sigilo das identidades das participantes, estas foram denominadas aleatoriamente por nomes de origem africana que possuem significados que remetem a adjetivos, destacados entre parênteses: Zuri (Belo); Ayana (Flor Bonita); Fayola (Sorte); Eno (Presente); Jendayi (Agradecida); Amara (Graça); Dandara (Princesa Guerreira); Nubia (Forte); Lueji (Rainha); Ayo (Alegria); Bintu (Bonita) e Chioma (Deusa bonita). (GELEDÉS, 2013).

A transcrição dos áudios das entrevistas foi realizada em documento do *Microsoft Word* pela própria pesquisadora. Posteriormente, as frases foram transferidas e organizadas em planilha do *Microsoft Excel* nas categorias e subcategorias estabelecidas. Estas

possibilitaram a organização e análise das informações que, no próximo tópico, se iniciará com uma breve caracterização do perfil das respondentes, e terá continuidade por meio da exposição das categorias de análise estabelecidas e, por conseguinte, também suas subcategorias.

4.1 Perfil das respondentes

As trabalhadoras participantes da pesquisa têm entre 30 e 62 anos, escolaridade de nível fundamental a médio, sendo que uma entrevistada possui ensino fundamental incompleto; uma tem ensino fundamental completo e dez ensino médio completo. Nesse sentido, no que se refere à sua escolarização, os dados obtidos divergem do que é apresentado por autores como Campos e Alverga (2001) ao sinalizarem que a profissão é comumente desempenhada por mulheres com pouca ou nenhuma escolaridade, uma vez que a maioria das participantes desta pesquisa possui o ensino médio completo.

O tempo de serviço como trabalhadora doméstica varia entre 10 e mais de 20 anos, sendo que, para algumas, houve oscilação entre empregos fixos com registro em carteira, trabalhos como diaristas e em outras áreas. Atualmente, cinco entrevistadas trabalham com registro e sete exercem a função como diaristas, ou seja, sem registro em carteira.

No que diz respeito à moradia, 11 entrevistadas possuem casa própria, enquanto apenas uma reside em casa de palafita³ em área de invasão⁴, estrutura de casa bastante comum na zona Noroeste da cidade de Santos. Os dados relacionados com a composição familiar indicam que seis participantes são casadas e possuem pelo menos um filho; quatro são solteiras ou viúvas e têm pelo menos um filho; e duas entrevistadas são solteiras e não possuem filhos. Todas as respondentes desta pesquisa se autodeclararam negras, conforme citado anteriormente.

4.2 Mercado de trabalho

A partir da leitura das respostas das participantes, inferiu-se que o ingresso no trabalho doméstico se deu por uma série de fatores, dentre eles a necessidade de inserção no mercado de trabalho sem a exigência de uma formação específica. Por vezes em função de não haver um limite ou mesmo uma idade mínima para o ingresso, assim como pela necessidade de contribuir com a renda familiar. Considerando a experiência da autora desta pesquisa, em se tratando de meninas e mulheres, o trabalho doméstico se torna uma porta de entrada de fácil acesso e, comumente, o primeiro emprego tem origem no círculo social em que a pessoa está inserida, seja por espelhamento, ou mesmo por meio das indicações de familiares e amigos próximos.

Isso fica evidente quando indagadas sobre a forma de ingresso na profissão, verificando-se uma similaridade entre as razões e a faixa etária em que iniciaram a trabalhar. Chioma (2022) afirmou: “Comecei com 15 anos. Eu trabalhava cuidando de criança... babá né, cuidava dos filhos das vizinhas, pra poder ter umas coisinhas. Depois elas foram me indicando e fui continuando”. É possível observar semelhanças também na história de outras participantes, como Bintu:

Então, foi assim: meu pai tinha problemas de fisioterapia né, uma moça fazia fisioterapia nele. Aí ele indicou eu própria pra tá trabalhando na casa desse pessoal. Quando eu comecei? Quando eu tinha 12 pra 13 anos. Deu pra entender mais ou

³ “[...] tipo de habitação sustentada por estacas às margens de um rio”. (GARCIA; RICHMOND, 2020).

⁴ Área de invasão se trata da apropriação ilegal de uma área que tem uma determinação que impede essa tomada. “As limitações podem ser área de preservação permanente, estar em área de risco, ter sido tombada pelo patrimônio histórico, estar em faixa de domínio ou qualquer apontamento que determina a não ocupação” (SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2022).

menos? E minhas tias, minha mãe já trabalhavam com isso também. Naquela época era meio que obrigatório. (BINTU, 2022, sic).

Nesses relatos é possível confirmar o que foi apontado por Ribeiro (2014), sobre a entrada das trabalhadoras nesse campo de trabalho, com a intenção de atingir uma melhora financeira e auxiliar a família. Segundo dados do IPEA (2015), o ingresso de mulheres na profissão ocorre entre 10 e 17 anos. Embora o dado apresentado não represente o cenário atual das entrevistadas, está ligado à faixa etária na qual elas foram inseridas (ou se inseriram) na profissão. Diante disso, é importante pontuar que, dentre as doze entrevistadas, oito relataram ter iniciado sua trajetória como trabalhadoras domésticas antes de atingir a maioria a fim de contribuir com a renda de seus lares.

Além disso, indagou-se a respeito dos aspectos que influenciaram a continuidade na função, a “permanência”. As respostas foram diversificadas: uma parte das respondentes permaneceu por não ter encontrado outras opções, conforme relatado por Fayola (2022) ao descrever as funções que desempenhou em um restaurante e em um salão de beleza, uma vez que nenhum deles a contratou. Chioma (2022) também destacou: “Trabalhei sempre com limpeza, já trabalhei num colégio, trabalhava na limpeza de lá, mas aí não deu certo e eu voltei a trabalhar em casa de família né. Não podia ficar sem trabalhar”.

Outra parte demonstrou receio em deixar seu ofício até o presente momento, e não obter sucesso ao adentrar em um campo profissional desconhecido, o que pode ser identificado no relato de Nubia (2022): “Eu comecei a faculdade de pedagogia, mas aí eu desisti... Ah! Eu fiquei com medo, achei que eu não era capaz. Meu marido me incentivou, minha família me incentivou, mas eu desisti”.

Houve ainda entrevistadas que pontuaram a escassez de tempo para ir em busca de uma profissão diferente. Lueji (2022) disse que a falta de tempo para os estudos, em decorrência do trabalho, foi um fator determinante para que não conseguisse ingressar em uma nova profissão. Já Chioma (2022) sinalizou que, além da falta de tempo devido à carga horária do trabalho, ter se tornado mãe também foi um dos motivos que levaram à permanência na função. Ainda, de acordo com outra entrevistada, a estagnação e a falta de motivação ocasionaram a continuidade na profissão.

Comecei porque eu saí da minha cidade, vim morar aqui, e nessa época eu tinha minha tia que trabalhava nessa casa há muitos anos. Então, entrei lá através dela, porém hoje eu ainda estou lá. Foi meu único trabalho assim de registro... porque assim né, que nem eu comecei nessa área e nunca corri atrás de mais nada. Fiz um cursinho sim, mas estabilizei aqui querendo ou não. (ENO, 2022)

Nas entrevistas é possível relacionar alguns fatores à permanência na profissão, como a facilidade de encontrar oportunidades, mesmo com a idade já avançada, e o medo de não conseguir seguir em áreas que exigem maior grau de profissionalização. Essa característica é associada frequentemente ao trabalho doméstico, como afirmam Campos e Alverga (2021) e Barbosa (2003) sobre a desvalorização da profissão e a ausência de exigências acadêmicas específicas para desempenhá-la. A partir da análise desses relatos observa-se que há uma tendência comum quanto aos fatores que levam ao ingresso na profissão e à continuidade nela.

Ainda que não tenha sido um aspecto pontuado pelas entrevistadas como motivo de continuidade na profissão, observa-se a perpetuação das mulheres negras nessa ocupação profissional, até mesmo pelo espelhamento sofrido ao visualizar mulheres semelhantes a elas, incluindo as de sua própria família. Mesmo que, de maneira mecânica ou inconsciente, reproduzem a ideia de pertencerem apenas ao lugar de servir, reduzindo as capacidades que possuem de serem inseridas em outras funções, como observado por Pinheiro (2019). O

referido autor destaca também, a estranheza da sociedade ao ver mulheres ocupando cargos que não sejam da esfera doméstica, devido à construção social e histórica do lugar que devem ocupar (PINHEIRO, 2019).

A fim de compreender melhor sobre o trabalho doméstico foram feitas perguntas sobre as dificuldades e facilidades existentes no cotidiano das mulheres entrevistadas. No que se refere às facilidades, nenhuma das entrevistadas soube pontuar alguma, com exceção do fácil ingresso na área, que se deve inclusive a um aspecto negativo, que é a desvalorização da profissão. Pois, assim como muitas outras trabalhadoras domésticas, elas enfrentam longas cargas horárias, muitas vezes em mais de uma residência e não possuem visibilidade e reconhecimento na cena trabalhista, dentre tantos outros obstáculos.

Quanto às dificuldades, oito participantes pontuaram questões como a baixa remuneração e insegurança em relação aos direitos, conforme evidenciado nas falas de Zuri (2022), Ayana (2022) e Ayo (2022), respectivamente:

[...] eles estão se separando, eu já tô me preocupando em ser demitida né? Até por isso fiz o curso de confeitaria, pra virar minha renda quando separarem de vez.

[...] antigamente eles não fichavam, pagavam só o salário e a passagem. Agora de uns anos pra cá que tem essa lei que tem que registrar.

[...] tivesse um salário maior... sobre os direitos né, que a gente não tem muitos direitos, como se trabalhasse numa firma em qualquer lugar.

As respostas reforçam o que se identificou em todas as entrevistas desta pesquisa: a percepção da falta de garantia dos direitos previstos, mesmo que tenham conhecimento da existência de uma lei que os assegure. Ainda, o desconhecimento de todos os direitos ou a falta de seu reconhecimento acabam, muitas vezes, por impossibilitar a reivindicação deles. Esse cenário se complexifica devido à falta de fiscalização apontada por Lima (2017), pois sem inspeção do cumprimento da lei e sem conhecimento de seus direitos, as trabalhadoras são lesadas, aumentando a possibilidade dos empregadores se beneficiarem, burlando a legislação continuamente. Acciari (2016) destaca a necessidade de as trabalhadoras domésticas se tornarem conscientes de seus direitos e, principalmente, de sua importância como parte da sociedade, para então passar a cobrar e usufruir das conquistas realizadas em anos de luta sindical.

As participantes foram questionadas também sobre a intenção e desejo de deixarem de trabalhar na área e se profissionalizarem em outros campos, evidenciando suas perspectivas de futuro. Três responderam que tinham vontade de exercer outras profissões, mas precisavam lidar com alguns obstáculos, como se observa nos depoimentos de Zuri (2022), Eno (2022) e Chioma (2022), respectivamente:

Ah! Eu já fiz recentemente um curso de confeitaria ... eu tô com um pouco de medo ainda pra fazer os bolos, mas tô indo (tentando) aos poucos.

Olha, sinceramente, assim eu até tenho vontade de me especificar em algumas coisas, mas assim, é tempo, é correria, é trabalho é dinheiro, é tudo isso né.

A minha mais velha agora já consegue me ajudar com as mais novas, mas primeiro preciso ter mais estabilidade né, porque nesses cursos além do tempo tem que ter dinheiro e é meio complicado, preciso me organizar, dinheiro, tudo pra pagar.

Com base nos relatos, é possível identificar que as três participantes mais jovens possuem interesse de deixarem o serviço doméstico. Contudo, evidenciam os receios, os impedimentos cotidianos e os econômicos que interferem para que não consigam modificar

seus itinerários e ingressar em outra profissão. Elas já desempenharam outras profissões durante a vida e visam oportunidades que ofereçam crescimento e melhoria financeira, o que não é necessariamente uma possibilidade com o trabalho doméstico, pois este não permite ascensão na carreira e não promove aumentos salariais significativos.

Enquanto isso, as demais participantes tiveram posicionamentos distintos, entre aquelas que se consideram velhas demais (entre 45 e 60 anos) para se aperfeiçoar em uma nova área e dedicar seu tempo às salas de aula, e aquelas que se sentem felizes com a profissão e pretendem continuar nela, por se identificarem com aquilo que fazem, como é possível verificar na narrativa de Amara (2022):

Interesse não, até que não. Eu gosto do que eu faço, e também tenho uma filha aí tem que pagar as coisas pra filha. Entendeu?!

As nove entrevistadas restantes, do total de 12, considerando Amara (2022), não possuem intenção ou desejo de mudar de profissão. Algumas destacaram que é a única que conhecem e outras por ser a que desempenham há mais tempo, associada à idade. Ribeiro (2014) ressalta que as influências mais significativas para a permanência das trabalhadoras domésticas na função são o tempo de exercício e a idade mais avançada, assim como o fato de se sentirem pertencentes à profissão, dentre outros fatores.

As trabalhadoras domésticas que iniciam muito jovens e seguem exercendo apenas esse ofício ao longo da vida tendem a desenvolver identificação com a profissão e se sentem vinculadas a ela, o que não deve ser considerado algo ruim, pois é necessária em uma profissão. Contudo, quando essa identificação ocorre no sentido de reduzir a capacidade das trabalhadoras, é necessário que se reflita a respeito das causas, uma vez que elas possuem habilidades e saberes como quaisquer outros seres humanos, como a capacidade de gerir suas próprias finanças.

4.3 Conhecimento financeiro

Outro conjunto de perguntas realizadas teve o intuito de identificar como o conhecimento financeiro está presente na vida das entrevistadas, quais ensinamentos poderiam destacar e como aplicavam, de forma geral, esses conhecimentos no cotidiano.

De acordo com as respostas obtidas no questionamento inicial, dez das participantes enfatizaram que o conhecimento utilizado para nortear suas decisões financeiras foi adquirido de forma intuitiva por meio dos erros e acertos ao longo dos anos, no investimento e poupança de parte da renda, assim como em situações cotidianas como as despesas fixas mensais.

Eu, como sempre fui sozinha, assim entre aspas, nunca tive alguém pra me dar uma indicação. Eu, desde nova, eu aprendi, você tem que separar, você tem que ter um controle, por mais que às vezes a gente fique até cheio de dívidas: “Ah eu não paguei tal conta, então mês que vem vai dobrar”. Mas eu sempre consegui, é..., distribuir, a minha vida financeira, sabe?! De pagar tudo certinho, de não ultrapassar o que eu ganho. (JENDAYI, 2022).

Com discurso semelhante, Chioma (2022) sugeriu a participação da escola para auxiliar na formação de sujeitos que sejam capazes de gerenciar suas finanças, simplificando o processo para atingir uma vida financeiramente saudável:

Eu acho que se tivesse esse lado da escola, eu teria aprendido mais cedo e fosse melhor e mais fácil. Mas eu aprendi com a vida, três filhas e tudo mais. Eu tive que aprender a me equilibrar, porque quando eu tive as crianças por exemplo, eu deixei de trabalhar e só o meu marido que trabalhava. E depois da morte dele, eu tive que aprender ainda mais a voltar pro eixo, que se não desanda o carrinho.

Já duas participantes relataram a influência dos hábitos de consumo e poupança de seus pais.

Eu aprendi foi muito com o meu pai. Meu pai é uma pessoa muito correta, muito honesta, muito justa, tanto que meu pai hoje ele não tem nem cartão de crédito. Então, ele vive com o que ele recebe ali. Então, tipo assim ele não é uma pessoa vinculada a dívidas, a dever nada pra ninguém. Então, eu cresci com isso. Então, pra mim é o meu exemplo. (ENO, 2022).

As duas entrevistadas se espelharam em hábitos assertivos de seus parentes mais próximos, assim como conselhos vindos desse mesmo núcleo para a formação de seus próprios conhecimentos. Os relatos das respondentes se assemelham ao que foi salientado por Scott (2010), sobre a influência familiar nos hábitos financeiros dos indivíduos, aprendendo por meio da observação do cotidiano. Entre as demais respondentes, não houve indicação de possuírem influência do núcleo familiar para as tomadas de decisões financeiras, o que pode ser interpretado como resultado da interação com pessoas que não possuíam, ou não possuem, bons hábitos financeiros. Nesse sentido, decidiram buscar alternativas que as levassem a resultados diferentes dos exemplos dos parentes que tiveram contato.

Em outro questionamento, as trabalhadoras foram estimuladas a exemplificar seus conhecimentos. A subcategoria “ensinamento” foi construída com base na solicitação de respostas a situações hipotéticas que auxiliassem outras pessoas na organização financeira pessoal. Nove entrevistadas contribuíram com respostas semelhantes, pois os relatos se referiam à poupança e controle de entradas e saídas. Fayola (2022) afirmou que “se você ganha mil tem que gastar oitocentos, setecentos, pra guardar pelo menos trezentos, cem, vinte, mas não pode ultrapassar do que você ganha, se não vira uma bola de neve”. Essa ideia foi complementada com outras respostas:

Eu acho que você ter sempre o pé no chão, se você ganha x então não pode gastar x e y, tem que gastar conforme o que você ganha. Ai por isso muita gente se endivida porque você vai num banco, ai tem empréstimo, tem o como é que fala?! Você pode ficar no cheque especial. Então, as pessoas confundem muito isso, muita gente acaba se endividando com isso, “ah o cartão de crédito é mil, então eu vou gastar o mil”. Então, eu acho que a pessoa tem sempre que ter o pé firme no chão, tem que pensar tipo assim: se eu ganho cem eu não posso gastar duzentos, eu tenho que gastar de acordo com aquilo que eu ganho. (ENO, 2022).

Ah, eu diria pra ter tudo anotado sempre, mesmo que seja do seu jeitinho, sabe? Sempre saber que que mudou de um mês pro outro, se era coisa que sempre tem que ter ou se foi alguma coisa que foi só naquele mês, só gastar quando precisar mesmo. Tipo não sair de casa pra fazer uma coisa e levar mais dinheiro, porque principalmente a gente mulher, vai ver uma coisa e se tiver dinheiro na mão a gente vai comprar, não tem jeito. Então, se não tiver sobrando de verdade aquele dinheiro, usar só pro que tá precisando. Numa outra hora, quando sobrar, ir lá e comprar o que quer. Eu mesma procuro não ser tentada, então eu nem vou onde eu sei que não posso naquela hora. (CHIOMA, 2022, sic).

As nove entrevistadas apresentaram algumas práticas indicadas por autores como Teixeira Junior (2010), como os indivíduos controlarem seus gastos por meio de anotações. Para ter ciência do emprego do dinheiro no seu dia a dia, elas indicaram que o costume de manter o controle de seus gastos e recebimentos por escrito é o primeiro passo para uma boa gestão, além de manter-se sempre alerta para não ultrapassar suas receitas com despesas, evitando até gastar exatamente o que recebem. Além disso, destacaram que é melhor manter, sempre que possível, suas saídas abaixo das suas entradas.

Essas atitudes indicam que, embora o conhecimento tenha sido constituído por meio de interações sociais e vivências cotidianas e não escolares, a gestão financeira se fundamenta em tomar nota de todas as movimentações. Ressalta-se que os fundamentos científicos são importantes para a construção do conhecimento financeiro, mas como é possível verificar não são as únicas possibilidades para que este seja adquirido e utilizado.

Todas as respondentes demonstraram, apesar dos estereótipos sociais, clareza e consciência quanto às suas condições financeiras, assim como conhecimento de gestão de suas finanças com base em suas experiências. Porém, é preciso ressaltar que, mesmo que a maior parte das mulheres possua ensino médio completo, existe a inferiorização da trabalhadora doméstica em função da pouca, ou da falta, de escolaridade atrelada à história da profissão.

Quando se trata de conhecimento aplicado a finanças e organização pessoal é necessária a tomada de consciência no que se refere às suas necessidades, como dito por Savoia, Saito e Santana (2007) e Teixeira Junior *et al.* (2015) ao fazerem referência à mudança no contexto de vida do indivíduo e sua família a partir da conscientização, aliada a uma atitude financeira positiva. Quanto a isso, pode-se identificar que esse princípio rege a forma como as trabalhadoras domésticas utilizam os saberes adquiridos ao longo da vida, em seu cotidiano. Isso é reforçado na “aplicação do conhecimento”, uma vez que elas demonstraram não só saber como se organizar financeiramente, mas também fazer uso dele em sua rotina, o que é exemplificado no seguinte relato:

Eu tenho os pés assim no chão, porque assim eu tenho cartão, mas eu tenho cartão, porque o cartão hoje em dia é tudo, porque as coisas estão tão caras, tão absurdas, que se for com o dinheiro eu não consigo comprar nada. Se for no mercado, dinheiro à vista, na loja dinheiro à vista, tudo à vista, já era, não tem! Porque é muito alto. Então, tipo assim, o cartão me ajuda muito, mas assim eu tenho que ter limite. Se eu tiver mil eu não posso gastar aquele mil, porque se eu gastar tudo eu já não tenho. Então, eu preciso me organizar, tipo, eu tenho tipo tanto pra uma coisinha, tanto pra outra, e sobra um pouquinho pra eu guardar né. (FAYOLA, 2022).

Algumas mulheres entrevistadas evidenciaram a necessidade de organização ressaltada por Fayola (2022), quanto aos seus hábitos no planejamento da distribuição de renda a curto e longo prazo. Nesse sentido, como revela Fayola (2022), a boa gestão dos recursos financeiros da família possibilita que ainda consiga poupar. Portanto, o conhecimento financeiro das respondentes e a utilização em suas vidas foram identificados na pesquisa, ocasionando bons resultados em suas vidas, em consonância com o que foi tratado por Piccini e Pinetta (2014). É importante evidenciar que, provavelmente, as repercussões positivas alcançadas pelos hábitos semelhantes das trabalhadoras domésticas, no que se refere à organização financeira, ocorreram porque estão inseridas em contextos econômicos também semelhantes. Conforme dito por Ferrari *et al.* (2018), o planejamento financeiro deve ser ajustado à cada realidade para que sejam obtidos bons resultados.

4.4 Gestão financeira

Conforme evidenciado ao longo desta pesquisa, o planejamento financeiro, ou gestão financeira, possui um papel importante na vida dos indivíduos, principalmente no que diz respeito a proporcionar uma vida economicamente equilibrada e saudável. Com o propósito de exemplificar os métodos utilizados pelas trabalhadoras domésticas na gestão de suas finanças, abordou-se qual a forma empregada por elas para organização de seus gastos e recebimentos, na subcategoria “planejamento”. As narrativas revelaram que as respondentes que não souberam, ou não apresentaram respostas que pudessem colaborar com informações para a construção da categoria anterior (conhecimento financeiro), também não apresentaram

o hábito de planejar. Ou seja, não organizam a gestão dos pagamentos que recebem e efetuam, empregando o dinheiro de forma intempestiva em suas vidas, como visto no relato de Amara (2022): “Ah! Eu vou tudo pela minha cabeça, pago tudo graças a Deus, sou muito certinha, e vou, mas não anoto nada de caderno. É tudo na mente”; e de Ayo (2022): “[...] não, eu vou seguindo pelo vencimento das contas, não tem caderno é tudo na cabeça, que até esqueço”.

Embora sejam apresentadas respostas como essas, as participantes que tiveram acesso a práticas de organização financeira no seio familiar e aquelas que declararam ter desenvolvido habilidades com esse objetivo ao longo da vida, demonstram movimentos que convergem com as boas práticas financeiras. De acordo com Zuri (2022), “eu tenho tudo anotado todos os meses, sempre os primeiros são os cartões, porque a gente acaba precisando”; e Bintu (2022): “meus vencimentos é tudo lá pelo dia 10 e 15. Tenho tudo controlado; tudo anotado num caderninho”.

Novamente, a análise das respostas selecionadas possibilita observar o emprego do conhecimento financeiro na gestão das finanças das trabalhadoras, ainda que de forma intuitiva. E, nos relatos em que se evidenciou a ausência de gestão financeira, confirma-se novamente o que foi tratado por Teixeira Junior (2010), ao indicar um caminho para uma boa organização financeira, sinalizando que ele é seguido por poucos brasileiros que, comumente, não possuem esses hábitos.

Além da participação da família na construção do conhecimento financeiro, deve-se considerar também sua participação efetiva na organização financeira, bem como sua contribuição monetária nos pagamentos e geração de recursos para o bem-estar financeiro dos membros que compõem o núcleo familiar. Na subcategoria “participação familiar”, verificou-se que as quatro mães solo que participaram da pesquisa possuem apenas filhos que não atingiram a maioridade, e são as únicas responsáveis pela renda de suas residências, por isso, raramente têm acesso às atividades recreativas e aquisição de supérfluos, destinando seus salários apenas ao suprimento das necessidades básicas e pagamento de despesas. As outras oito mulheres, incluindo as que não possuem cônjuge e filhos, residem com parentes, com os quais fazem uma divisão igualitária das despesas.

Aqui em casa todo mundo ajuda sim, se não, não ia dar [...] se fosse mais dinheiro seria melhor, porque não dá pra dizer que não me divirto. A gente compra uma picanha... de vez em quando? De vez em quando, mas a gente se junta, divide e aproveita um pouquinho sim (AYANA, 2022).

Não, a gente divide né? Mas a maior parte fica pra mim e pro meu marido. É, é mais pras contas de casa mesmo. Compra porque a gente é teimosa né? Pega o cartão e manda pro cartão, mas sobrar mesmo assim pra comprar à vista não sobra (AYO, 2022).

Cenci, Pereira e Barichello (2015) afirmam que, além de suprir as necessidades básicas, a renda familiar deve também abranger os desejos das pessoas, e isso está presente nos dois depoimentos supracitados, ao evidenciarem que, mesmo tendo a renda familiar baixa, busca-se conciliar a sua distribuição entre obrigações e lazer. Assim, a partir do que foi compartilhado pelas trabalhadoras, é possível visualizar a participação familiar em outro aspecto, além da construção do conhecimento financeiro: a contribuição prática no orçamento em conjunto com a organização financeira, aspectos significativos para o alcance de todos os objetivos financeiros a curto e longo prazo.

Com o estímulo dos questionamentos, as trabalhadoras comentaram também sobre a prática, ou a possibilidade de fazer uma poupança. A menção foi feita por dez das respondentes ao ressaltarem a impossibilidade de investir numa poupança no momento em que foram entrevistadas. No entanto, demonstraram conhecer a importância e a necessidade

de se poupar uma parte de suas rendas, deixando claro o interesse em fazê-lo, ilustrado pelas considerações de Dandara (2022) e Ayo (2022), respectivamente:

Não agora, bem que eu queria viajar no final do ano. Sempre eu tenho isso na minha cabeça “vou trabalhar, vou juntar um dinheirinho pra mim fazer uma viagem né, sair um pouco daqui né, desse ar”, respirar, mas eu nunca consegui. Nunca. Porque às vezes, quando eu ainda guardava, tinha alguma coisa em casa que acontecia; tinha que mandar arrumar, ou tinha que comprar, é complicado.

É eu sempre penso nisso, mas nunca dá. Todo mês eu falo: “vou fazer uma poupança”, mas nunca dá, nunca sobra, falta [...] Nunca dá. Eu todo mês falo isso e minha filha: “mãe já não aguento mais. Todo mês a senhora falando que vai guardar e não dá pra guardar”. Porque sempre tem alguma coisa pra você comprar, pra você fazer, pra você pagar.

Porém, duas respondentes afirmaram realizar o depósito na poupança de algum valor mensalmente, encorajadas pela incerteza do amanhã e com o objetivo de seguir direção contrária do endividamento vivenciado por algum familiar anteriormente. Eno (2022, sic) afirmou que “[...] porque a gente nunca sabe o dia de amanhã né?! Na hora da emergência a gente tem que partir pro que a gente tem. Então tem que ter sempre pensar no amanhã”. Outra entrevistada disse:

Na verdade, eu comecei a guardar justamente porque eu via minha mãe sendo gastadeira e ela ficando apertada, aí eu pensava comigo que não queria ficar nessa situação também. Aí sempre que dava guardava algum dinheiro pra quando eu quisesse sair, quando eu quisesse comprar alguma coisinha pra mim, porque eu tenho bastante irmãos também né (CHIOMA, 2022).

A poupança possui papel significativo na qualidade da vida financeira do indivíduo e familiar, Costa e Miranda (2013) afirmam que o nível de escolaridade não influencia na decisão de poupar dos indivíduos; no entanto, o conhecimento financeiro possui essa atuação. Em sua maioria, as respondentes demonstraram conhecimento acerca da influência positiva da poupança em seus cotidianos, mesmo aquelas que ainda não conseguiram ter condição de fazê-la, evidenciando assim a relação entre o conhecimento financeiro que possuem e a decisão de economizar em face dos benefícios adquiridos por esse comportamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar a existência e a forma com que o conhecimento financeiro das trabalhadoras domésticas é aplicado a de seus lares, e como objetivos específicos: entender as questões relacionadas ao ingresso e permanência das trabalhadoras no trabalho doméstico; identificar a construção do conhecimento financeiro das trabalhadoras domésticas; e identificar os mecanismos relacionados a gestão financeira das trabalhadoras domésticas. Verificou-se, por meio das respostas obtidas, que todas as participantes possuem conhecimento financeiro, ainda que não seja o conhecimento científico. O conhecimento que possuem segue a ideia da educação financeira de proporcionar uma boa gestão e estabilidade na vida financeira.

Mesmo que esse conhecimento financeiro não seja fundamentado por alicerces científicos, as entrevistadas demonstraram possuir atitudes primárias e positivas para uma boa gestão financeira identificadas por estudiosos como Teixeira Junior *et al.* (2010), como a prática de manter o controle de suas movimentações financeiras. Por esse motivo, empreende-se que as trabalhadoras possuem conhecimento financeiro adequado à sua realidade e, por isso, ocasionam resultados positivos em sua organização, conforme pontuado por Ferrari *et al.* (2018).

Constatou-se ainda que as trabalhadoras que participaram desta pesquisa não constituem um grupo heterogêneo no que se refere à forma de atuação, pois se dividem entre profissionais que exercem a função de maneira formal e trabalhadoras que optaram pela informalidade. Além de estarem inseridas no mercado de trabalho de maneira diversa, a composição familiar das entrevistadas também é bastante distinta; e identificou-se que apenas quatro delas são as únicas responsáveis pela renda familiar, enquanto as outras oito possuem cônjuges, ou outros membros da família que participam ativamente da composição da renda. No entanto, quando se trata da organização orçamentária, são unânimes em se posicionar como as responsáveis.

Ao procurar compreender o conhecimento financeiro das trabalhadoras revelaram-se sutilezas que podem passar despercebidas, como, por exemplo, a influência do ambiente das participantes sobre a formação não só da personalidade, mas também dos conhecimentos que foram/serão aplicados futuramente, também em novas ações cotidianas.

Nos relatos, é possível identificar a ausência, ou pouco conhecimento, acerca dos direitos instituídos, o que propicia insegurança para as trabalhadoras quanto à perda de seus empregos e perpetua certas vantagens para os empregadores.

Pelo exposto, acredita-se que a contribuição deste trabalho se dê no âmbito social, uma vez que pode promover a reflexão e mudança acerca das concepções sobre as trabalhadoras domésticas, pela compreensão de que elas têm pouca ou nenhuma escolaridade. Ser trabalhadora doméstica envolve outros aspectos para além do nível de escolaridade e, a partir disso, faz-se necessário viabilizar novas discussões sobre a desvalorização social desta profissão.

Sugere-se como estudos posteriores a investigação do conhecimento financeiro presente no contexto de trabalhadoras domésticas com idade inferior a 30 anos, pois esta pesquisa possui como limitação a dificuldade em conseguir amostras desta faixa etária, sob justificativas que incluem a insegurança de se apresentar como trabalhadoras domésticas em um contexto social que as desvaloriza, dificultando a coleta de uma amostra maior de informações. Recomenda-se ainda que, além de investigar o conhecimento financeiro de trabalhadoras domésticas de todas as idades, futuras pesquisas na área das ciências sociais aplicadas tenham como público-alvo essas mulheres e essa profissão, propiciando-lhes mais voz e visibilidade.

Em relação às intervenções futuras com o grupo pesquisado, e outras trabalhadoras domésticas, destaca-se a indicação de um curso sobre os direitos trabalhistas, uma vez que se evidenciou, pelas respostas, que muitas se sentem inseguras quanto ao seu futuro no emprego. Nesse sentido, o referido curso pode contribuir para que as mulheres obtenham conhecimento sobre legislação e saibam quais são seus direitos e possam reivindicá-los.

REFERÊNCIAS

ACCIARI, L. “Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras” – O movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento. **Mosaico**, v. 7, n. 11, p. 124-147, 20 nov. 2016. Semestral. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64780>. Acesso em: 4 dez. 2020.

AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Ciências Humanas, Universidade do Oeste

Paulista, Presidente Prudente, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, 2009. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/handle/tede/820>. Acesso em: 10 nov. 2020

AMARA. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (16 min. 36 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

AYANA. Entrevista 1 [jan. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (14 min. 17 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

AYO. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (17 min.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

BACZKO, Bronislaw. **Los Imaginarios Sociales**: memórias y esperanzas colectivas. 2.ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999.

BARBOSA, M. L. D. O. As profissões no Brasil e sua sociologia. **Dados**, v. 46, p. 593-607, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QtyQgqcb9kHLCJqDJxSLdZx/?lang=pt&format=html&stop>. Acesso em: 1 nov. 2020.

BASTOS, M. H. C. A educação dos escravos e libertos no Brasil : vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 743-768, mai. 2016 1982-7806. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/35556>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 147-163, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/?lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2020.

BINTU. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (13 min. 29 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

BORGES, P. R. S. A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (ECPT), VIII., 2013, Paraná. **Anais [...]**. Campos Mourão - FECILCAM: Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NUPEM), 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5859.htm. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, ano 153, n.9. p. 1-68, 2 jun. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/93139856/dou-secao-1-02-06-2015-pg-1>. Acesso em: 16 ago. 2020.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. D. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal - RN, v. 6, n. 2, p. 227-233, 4 jun. 2001 1678-4669. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/B8WPsbFp3zhnP4XgtqNHfth/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2020.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. D. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016. 2236-451X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CENCI, J. J.; PEREIRA, I.; BARICHELO, R. Educação financeira, planejamento familiar e orçamento doméstico: um estudo de caso. **Revista tecnológica**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 89-104, 2015. 2358-9221. Disponível em: https://avauea.uea.edu.br/pluginfile.php/167472/mod_resource/content/8/Artigo%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

CHIOMA. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (16 min.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

COLLINS, Patricia Hill. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. Educação Financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Senhor do Bonfim - BA, v. 3, n. 3, p. 57-74, 3 dez. 2013 2238-5320. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/RGFC/article/viewFile/2160/1899>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DANDARA. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (11 min. 52 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

DOMINGOS, V. Z. **Quando ocupar espaço não subalternizado é privilégio branco: uma reflexão sobre os elementos históricos-estruturais que potencializam a permanência majoritária de mulheres negras no trabalho doméstico remunerado**. 2021. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230004>. acesso em: 7 nov. 2022.

ENGEL, C.; PEREIRA, B. C. J. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça Autores/as. **Revista Punto Género**, [s. l.], n. 5, p. 4-24, 2015. 0719-0417. Disponível em: <https://revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/37658>. Acesso em: 5 ago. 2020.

ENO. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (14 min. 22 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

FAYOLA. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (22 min. 45 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

FERRARI, A. *et al.* Educação financeira familiar: uma contribuição quanto às percepções de planejamento, reserva e falta de dinheiro. *In: CONGRESSO ANPCONT, XI. 2017. Anais [...]*. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT, 2018. p. 1-17, EPC.945. Disponível em: <https://anpcont.org.br/congresso-anpcont-antecedentes/congresso-anpcont-2017/>. Acesso em: 3 fev. 2021.

FERRAZ, F. B.; RANGEL, H. M. V. A discriminação sociojurídica ao emprego doméstico na sociedade brasileira contemporânea: uma projeção do passado colonial. *In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, XIX., 2010, Fortaleza. Anais [...]*. Fortaleza: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2010. p. 8633-8657, Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais_fortaleza.html. Acesso em: 15 set. 2021.

FRANCO, E. G. M. "A senzala moderna é o quatinho da empregada": uma análise da relação entre patroas(ões) e trabalhadoras domésticas em relatos publicados na internet. **Revista Vernáculo**, Paraná, n. 48, p. 51-63, 2021. 2317-4021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/84474>. Acesso em: 13 nov. 2022.

GARCIA, D.; RICHMOND, K. Maior favela de palafitas do Brasil enfrenta pandemia, incêndio e enchentes: Dique Vila Gilda, em Santos, também sofre com subnotificação e proliferação dos casos de Covid-19. Folha de São Paulo [online], São Paulo. 20 jun. 2020. **Cotidiano**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/maior-favela-de-palafitas-do-brasil-enfrenta-pandemia-incendio-e-enchentes.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2022

GELEDÉS. Significados dos Nomes Próprios Africanos. *In: GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. Portal Geledés. [S.l.]*. 18 dez. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/significados-dos-nomes-proprios-africanos/>. Acesso em: 7 maio 2022.

GIRARD-NUNES, C.; SILVA, P. H. I. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 587-606, 2014. 1980-5462. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/7HnVhjZQJxmQysymVPNNDhL/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/tooltip/dashboard.html?CurPESQ=1003&CurPESQnm=CckensmnmllplDckcmnmgr%C3%A1fhjhcmm&CurTEMA=138&CurTEMAnm=Cfgfrfgfct>

ckcr%C3%ADstjhcfghfslplgckcrfgfhjs&SITEag=354850005000587&USO=4. Acesso em: 18 jan. 2022.

JENDAYI. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (13 min. 15 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

KREIN, J. D.; CASTRO, B. As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho. **Fundação Friedrich-Ebert Brasil (FES)**, São Paulo, n. 6, p. 1-25, 2015. Disponível em: http://library.fes.de/cgi-bin/populo/digbib.pl?t_dirlink=x&modus=&f_IDR=I+12084. Acesso em: 20 ago. 2020.

LIMA, A. L. F. **Lei Complementar n. 150/2015: avanços significativos e seus impactos na sociedade**. 2017. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Direito do Recife – FDR, Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife - PE, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21932>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, A. *et al.* (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Cebrap e CPF/Sesc-SP, 2016. p. 24-41, Disponível em: <https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/index.php?r=acervos/busca>. Acesso em: 26 ago. 2022.

LUEJI. Entrevista 1 [fev.2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (26 min. 44 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

MACEDO JUNIOR, J. S. **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. 8. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 236 p. Disponível em: <http://espacoviverzen.com.br/wp-content/uploads/2017/06/A-arvore-de-dinheiro-Guia-par-Jurandir-Sell-Macedo-Jr-1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

MARES, R. M. A periferia pobre e a produção do espaço urbano: O caso de Vitória da Conquista/BA. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: A DINÂMICA DAS CIDADES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, II., 2013, Campo Mourão. **Anais [...]**. Campo Mourão: FECILCAM: Grupo de Estudos Urbanos (GEURF), 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/trabalhos_producao.html. Acesso em: 3 mar. 2021.

MEIRELLES, R.; ATHAYDE, C. **Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira**. Editora Gente Liv e Edit Ltda, 2016.

NUBIA. Entrevista 1 [fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (15 min. 45 seg.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.

OCDE. Centro OCDE/CVM de Educação e alfabetização financeira para América Latina e Caribe. **Recomendações sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 22 ago. 2021.

OLIVEIRA, R. B. D. A cidadania a partir de 1930 e sua relação com as categorias profissionais: uma leitura sobre o emprego doméstico. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão - REDD**, Araraquara, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2009. 1984-1736. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/2187>. Acesso em: 22 abr. 2021.

OLIVEIRA, E. D. *et al.* Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 9, p. 1-17, 2003. 1518-3483. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118067002.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

PAULILO, M. A. S. O papel da Universidade na construção do saber sobre idosos. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999. 1679-4842. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PELICIOI, A. F. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2934>. Acesso em: 21 set. 2021.

PICCINI, R. A. B.; PINZETTA, G. Planejamento financeiro pessoal e familiar. **Unoesc & Ciência - ACSA**, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 95-101, 2014. 2178-3446. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/4555>. Acesso em: 11 set. 2021.

PINHEIRO, L. S. *et al.* **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua**. 2019. Brasília, DF: IPEA, 2019. 52 p. (Texto para discussão, n. 2528). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538>. Acesso em: 13 jan. 2022.

PINHEIRO, A. L. S. **O trabalho nosso de cada dia: determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil**. 2018. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências sociais, Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34189>. Acesso em: 22 maio 2021.

PINHEIRO, L. *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2009. 29 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3223>. Acesso em: 18 mar. 2022.

PIRES, Valdemir. **Finanças Pessoais Fundamentos e Dicas**. Piracicaba: Ed. Equilíbrio, 2006. 114 p ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W;e JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Aut.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006. cap. 3. p. 76-97, ISBN: 8522443912. Disponível em: <https://bit.ly/3qKsjFz>. Acesso em: 12 ago. 2021.

REMUND, D. L. Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy. **Journal of Consumer Affairs (JCA)**, Estados Unidos, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010. 0022-0078. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>. Acesso em: 23 ago. 2021.

RIBEIRO, C. R. B. **Usos de si e (in)formalidade no trabalho da empregada doméstica diarista**. 2014. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9UHFF6>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SANTANA, M.; DIMENSTEIN, M. Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. **Psico-USF**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 93-102, 2005. 2175-3563. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/rvVQDjcKh3PdcxbbqJdb8gM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTOS, J. K. C. **Quebrando as correntes invisíveis: Uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil**. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8484>. Acesso em: 3 abr. 2021.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. D. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. 1982-3134. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SCOTT, P. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade. **Sociedade & Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 251-284, 2010. 1980-5462. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/J9B6d9CWk9dBjPksQvbp5VP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal - SEGOV. **A SEGOV**. Qual a diferença entre ocupação irregular e invasão? Brasília: Agência Brasília, 2022. Edição: Débora Cronemberger. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/qual-a-diferenca-entre-ocupacao-irregular-e-invasao/#:~:text=A%20invas%C3%A3o%20se%20trata%20da,que%20determina%20a%20n%C3%A3o%20ocupa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 7 nov. 2022.

SILVA, D. F. D.; LORETO, M. D. D. S. D.; BIFANO SOBRINHO, A. C. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17, n. 32, p. 409-438, 2017. 2238-1228. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/3052>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, S. L. M.; BEZERRA, R. C. A Educação Financeira como proposta para uma vida economicamente equilibrada. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_mat_unioeste_sandra Luizamoraessilva.pdf. Acesso em 22 ago. 2021. ISBN 978-85-8015-093-3

SOUZA, D. P. D. **A importância da educação financeira infantil**. 2012. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Newton Paiva Faculdade De Ciências Sociais Aplicada, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://educacaoofinanceira.com.br/escola/tccs/>. acesso em: 22 mar. 2022.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. D. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 161-178, 2015. 1984-9230. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/69byCXXC6rmpBzXrFnb5C3C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2020.

TEIXEIRA JUNIOR, R. D. C. *et al.* Finance Game: um jogo de apoio à educação financeira. **RENOTE: Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-10, 28 jul. 2015 1679-1916. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/57663>. Acesso em: 25 ago. 2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 08 jul. 2021.

ZURI. Entrevista 1 [jan. 2022]. Entrevistadora: Renata Cristina Gomes do Nascimento. Santos, 2022. 1 arquivo .mp3 (15 min.). Transcrição da Entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado encontram-se em poder da pesquisadora.